fazem sentir senão a longos intervalos. Temos, portanto, em economia amplas periodicidades. E de cada vez que a reação, tendendo para a anulação dos "desvios", se fizer sentir num rumo que, do ponto de vista humano, seria nefasta, teremos uma crise. Assim, mesmo que a periodicidade das crises econômicas não fôsse clássica, desde as sete vacas gordas e as sete vacas magras, ela seria denunciada pela lógica dos efeitos.

Uma pergunta se impõe: se as crises são naturalmente inelutáveis, não as poderia evitar, o govêrno, fazendo artificialmente correções em certos pontos escolhidos do complexo econômico?

Evitá-las?... Certamente não, se deixam agir livremente os mecanismos econômicos. Mas se se cortar, se se frenar, com medidas de autoridade, as ligações retroativas, será possível amortecer as oscilações, diminuir certas reações nocivas ao homem e à sociedade. A lógica dos efeitos pode, pois, desempenhar um papel essencial como meio de govêrno nas democracias econômicas.

A economia dirigida ou, pelo menos, corrigida, se revela, dêste modo, mais estável que o liberalismo. Seria apaixonante fazer um estudo dos motivos, sob êste ângulo. Ver-se-ia que o liberalismo do século XIX era necessário para diminuir as retroações positivas da marcha para a prosperidade, para salvaguardar a economia mundial. Sem êle, sem o jôgo das "tendências" desencadeadas por êle, o mundo não teria, certamente, conhecido o prodigioso surto de progresso material de que gozamos hoje.

Mas, os "feed-backs" têm sempre certas reações que nossa consciência social não pode mais admitir. A lógica da fome não nos fará, jamais, aceitar a fome. Não se pode deixar que o mecanismo livremente destrua os homens, mesmo que isso seja, afinal, para bem da sociedade, isto é, daqueles que não foram destruídos. É preciso, portanto, intervir para diminuir os males trazidos pela retroação; é preciso tentar não tirar dela senão benefícios.

Agora, que a imensa máquina econômica foi posta em marcha no mundo, é preciso dominar as retroações que, ao preço de tantas crises, de tantos desastres sociais, geraram a prosperidade. O século XX deverá ser o século da economia dirigida, pelo menos nos países que já não são novos.

Dirigida até que ponto?... Pois se a "finalidade natural" dos sistemas econômicos pode ser anti-humana, será preciso substituí-la por uma "finalidade artificial"! Tentar fixar todos os fatôres de um efeito para obter um efeito preciso! Evoluir no plano econômico ao arrepio do progresso mecânico! Naturalmente, os teóricos poderão conceber uma tal ação rigorosa e permanente sôbre todos os fatôres econômicos. Mas os práticos bem sabem que jamais os poderão fixar a todos e que um dêles lhes escapará enquanto êles vigiam os outros, e que não saberão, jamais prever o justo valor ou fixar um fator. Uma tal economia teria os mesmos defeitos da mecânica clássica: seria cega, incapaz de se adatar às circunstâncias, paralizada logo que a mínima mola saltasse.

A doutrina liberal, ao contrário, deixa absoluta liberdade às retroações e às interações, para que se estabeleça o equilibrio. Ela quer — ela quereria — ver a economia como um "efeituador físico", como um rio que procura seu perfil de equilíbrio, como um sistema astronômico que arbitrasse a repulsão e a atração. Que importa que o rio desgaste as pedras, que o sol queime os átomos!

Mas, entre as máquinas clássicas de fatôres rígidos e os efeituadores físicos cujos fatôres são o que são e cujos efeitos impõem suas leis, a natureza nos oferece a vida cujos fatôres são fixados em certos limites, mas cujos efeitos retroagem para